

Procedimento concursal comum, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria geral de Técnico Superior da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado - no Laboratório de Anatomia Patológica

ANEXO I

(Ata n.º 1 de 22/07/2022)

Bibliografia e Legislação para a Prova de Conhecimento

a) Administração Pública:

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho — Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro — Código do Procedimento Administrativo;
- Constituição da República Portuguesa;
- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro — Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública.

b) Organização Administrativa:

- Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro — Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior;
- Despacho Normativo n.º 14/2019 — Estatutos da Universidade de Lisboa;
- Despacho n.º 6819/2022 — Estatutos da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa;

c) Temas específicos da atividade para que é aberto o concurso:

- Decreto-Lei n.º 564/1999 de 21 de dezembro – Estabelece o estatuto legal da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica
- Decreto-Lei n.º 110/2017 de 31 de agosto – Define o regime legal da carreira aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, em regime de contrato de trabalho nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, em regime de gestão e financiamento privados, integradas no Serviço Nacional de Saúde;
- Decreto-Lei n.º 111/2017 de 31 de agosto – Estabelece o regime da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica;
- Despacho n.º 13832/2007 de 29 de julho – Manual de Boas Práticas Laboratoriais de Anatomia Patológica;



- Portaria n.º 165/2014 de 21 de agosto – Estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas dos laboratórios de anatomia patológica; e os elementos instrutórios necessários ao pedido de licença, para além dos previstos no n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 279/2009, de 6 de outubro;
- Despacho n.º 9409/2014 de 21 de julho – Fixa o referencial de competências conjunto para as profissões de técnico de análises clínicas e de saúde pública e de técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica;
- Bancroft, J.D., & Gamble, M. Theory and Practice of Histological Techniques;
- Junqueira, Luiz C.; Carneiro, José; Histologia Básica; Guanabara Koogan.

Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa

O Presidente do Júri

O 1.º Vogal Efetivo

O 2.º Vogal Efetivo

(Professor Doutor Jorge Correia)

(Dr.º João Mingachos)

(Dr.ª Sandra Carvalho)